



INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O DESAFIO DA AVALIAÇÃO PARA O DESEMPENHO DE QUALIDADE NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO MERCOSUL.

Agnes Francisca Duarte Bezerra

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão sobre o processo de internacionalização da educação superior como um novo modelo adotado por países que comungam da idéia de desenvolvimento a partir da educação. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os desafios enfrentados pelos países na tentativa de criar um modelo de avaliação capaz de contribuir para o desempenho de qualidade do ensino e reconhecimento dos cursos de pós-graduação nos países membros do MERCOSUL. Para se alcançar tais resultados, foi realizada uma revisão bibliográfica, além da observação in loco da qualidade dos trabalhos acadêmicos em uma turma de mestrado em educação, de uma universidade pública na Argentina. Os desafios ora encontrados estão relacionados, principalmente, ao protecionismo dos espaços acadêmicos controlados por instituições de educação superior que adotam posturas tradicionais, e do mesmo lado estão os organismos responsáveis pela avaliação em escala nacional, os quais impedem o avanço do reconhecimento dos cursos realizados fora de seu território. Mais que pensar em processos para avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação, deve-se criar um organismo único para tal processo nos países membros do MERCOSUL, para que de fato a educação superior nesse conjunto possa servir como contribuinte para o desenvolvimento das populações.

Palavras-chave: internacionalização, avaliação, qualidade e educação.

INTRODUÇÃO

A educação superior vem passando por inúmeras transformações, políticas, administrativas, econômicas e acadêmicas. Nos últimos vinte anos essas transformações tem se acentuado, principalmente quando se observa a dimensão que a educação alcança em escala planetária. A massificação como ficou conhecido esse processo, exige dos países

políticas e acordos capazes de contribuir para o fortalecimento da educação superior e a partir dela gerar desenvolvimento econômico e social.

No entanto, essa massificação tem contribuído para o processo de internacionalização da educação superior, promovendo várias inquietações entre os organismos responsáveis pela avaliação da qualidade presente na construção do conhecimento dentro das instituições de educação superior. Neste contexto, a avaliação surge com a intenção de que se possa obter em comum acordo, maior grau de qualidade no ensino ministrado pelos mais diversos países e suas múltiplas identidades.

Sabe-se que o processo avaliativo de qualidade da educação obedece a critérios próprios de cada nação, os quais acabam limitando a participação de instituições estrangeiras por não estarem em sintonia estrutural e acadêmica com as normas exigidas. Neste sentido, tem-se como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos países do MERCOSUL na tentativa de criar um modelo de avaliação capaz de contribuir para o desempenho de qualidade do ensino e reconhecimento dos cursos de pós-graduação entre os países signatários. Essa análise contou com uma revisão bibliográfica, o que contribui para um melhor embasamento sobre a temática tratada.

Dessa forma o trabalho está estruturado em quatro partes: na primeira faz-se referência aos conceitos a serem abordados ao longo do trabalho como, a internacionalização da educação superior. Na segunda parte, apresentam-se os desafios de avaliar os cursos das instituições de educação superior (IES) nos países do MERCOSUL. Na terceira parte, buscam-se perspectivas na avaliação dos cursos de pós-graduação no MERCOSUL. Na última parte, expõem-se as conclusões do trabalho.

I – A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EXPANSÃO DO CONHECIMENTO.

Os primeiros anos da década de 1990, do século XX, foram marcados por profundas transformações políticas e econômicas em vários países do mundo. O espaço geográfico passou por várias (re)organizações capazes de configurar novos rumos para o desenvolvimento da humanidade. Em meio a tantas transformações a educação superior anuncia seu novo paradigma, construída em meio ao uso das mais sofisticadas tecnologias de informações e comunicações possibilitando o surgimento de diferentes modalidades de ensino, o que tem contribuído para seu intenso processo de expansão em escala intra e internacional. Esse novo modelo de educação superior permite a construção de uma internacionalização, a qual se torna realidade em escala mundial, e com ela surge uma nova divisão internacional do trabalho, também, conhecida como divisão internacional do trabalho acadêmico, na qual cada país assume uma especialização no ramo do conhecimento, aproveitando o momento para manter vantagens competitivas (RAMA, 2009).

A internacionalização da educação superior permite a construção de áreas semelhantes às áreas dos blocos econômicos, possibilitando, neste caso, o fluxo de conhecimento entre os países membros, cujo objetivo se acentua na capacidade de autodesenvolvimento de suas nações. Nesse novo contexto, a educação superior se concretiza, principalmente, através de duas vias: a da mobilidade de estudantes, acadêmicos e profissionais e a expansão da oferta educativa transnacional (DÁVILA, 2009). No entanto, a internacionalização vem gerando inúmeras tensões sociais e econômicas dadas pelo incremento da competência, novos paradigmas educativos que se confrontam com as realidades tradicionais e um direto incentivo a mercantilização da educação, como afirma Claudio Rama, 2009.

Contudo, a internacionalização da educação superior já é uma realidade, sendo o grande destaque, a União Européia que é considerada a pioneira neste processo com a

constituição de um Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) o qual se concretizou em 2010, dando aos estudantes o direito de utilizar créditos acadêmicos. As perspectivas frente ao EEES é permitir que essa nova modalidade de ensino se estenda por todos os níveis entre os países que fazem parte desse acordo educacional, como afirma Guy Haud (2009), o processo de convergência educativa na Europa deverá se estender a todos os níveis e partes dos sistemas educativos. Promovendo uma internacionalização mais complexa e completa.

Mas, é com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC – que os sistemas educacionais se fortalecem a partir da transmissão de informações em um espaço de tempo cada vez mais curto e territorialmente mais amplo. Tais avanços promovem ao conhecimento romper fronteiras políticas e culturais, proporcionando o intercâmbio de conhecimentos através dos sistemas interativos (PONS, 2009), integrando a educação em espaços contínuos como é o caso do EEES, ou em espaços descontínuos, como por exemplo, é o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, a qual se fortalece com a criação da Universidade de Integração Luso-Afro-Brasileira, recém inaugurada (2010) e em funcionamento na região nordeste do território brasileiro. Neste sentido, a educação superior vive um momento de euforia, uma intensa dinâmica no processo de transformação de seu perfil e a incrementação do uso de novas metodologias para alcançar espaços cada vez maiores, contribuindo para a expansão do conhecimento.

Assim, torna-se inegável o compartilhamento para a construção de um novo modelo de educação, com a participação de pesquisadores, estudiosos, cientistas, professores e estudantes dos mais diferentes países do mundo, o que de fato se constitui em uma internacionalização da educação, em especial da educação superior. A mobilidade de conhecimento pela mais rápida via de transporte, atualmente, à internet, com uso de fibra óptica, contribui massivamente para a construção desse novo modelo de educação. Essa dinâmica se acentua com a mobilidade de estudantes e professores utilizando os vários meios de transportes, consagrando uma participação *in loco*, permitindo a concretização do mais tradicional modelo de educação baseado na relação presencial professor-aluno, e que de fato, ainda hoje, é considerado o mais “seguro” modelo de construção de conhecimento.

Esse novo modelo de educação superior vem a partir da década de 1990, caminhando a passos longos gerando uma acentuada preocupação com a qualidade da educação ofertada na formação dos mais diversos profissionais, os quais poderão estar sendo preparados para constituir um amplo espaço de mazelas nas sociedades do futuro, seja em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Em contrapartida, esse novo modelo de educação gera oportunidades, com oferta de qualificação e construção de conhecimento em curto espaço de tempo e flexibilidade dos espaços físicos, quando ofertado na modalidade caracterizada como semipresencial e à distância, a muitos jovens que convivem com a difícil rotina de trabalho e a busca pelo aperfeiçoamento profissional, exigido cada vez mais pelo processo de globalização.

A oferta de educação para qualificação profissional não se limita aos cursos de graduação, mas participam desse conjunto os cursos de pós-graduação, como mestrado e doutorado. Os quais, muitas vezes, fazem parte do mais preocupante processo de massificação e mercantilização da educação superior. As modalidades de educação, semipresencial e a distância, adotada pelas Instituições de Educação Superior – IES tem sido observado com certa preocupação e de forma criteriosa pelos organismos avaliadores, cujo um dos objetivos é analisar o grau de qualidade aplicada na construção de conhecimento e formação de futuros profissionais. Quando se define o conceito de qualidade nas instituições de educação superior deve-se levar em consideração que a qualidade é uma construção social, que varia segundo os interesses dos grupos de dentro e de fora da instituição educativa, que reflete as características da sociedade que se deseja para hoje e que se projeta para o futuro. Não é um conceito

unívoco e fixo, mas deve ser construído através de consensos e negociações entre os atores (DIAS SOBRINHO, apud LAMARRA, 2008).

Portanto, inúmeras discussões estão sendo realizadas para impedir que a educação superior perca suas reais competências diante dos sistemas financeiros, científicos e sociais. Contudo, surge a certeza de que os mecanismos de avaliações da educação superior, cursos e instituições devem acontecer com seriedade, para que se possam extrair elementos capazes de serem utilizados para análise, e uma posterior criação de alternativas para solução dos problemas detectados para que se possa alcançar a excelência da qualidade. Essas medidas devem ser empregadas tanto, em escala local e nacional, quanto em escala regional – formada por um conjunto de países dentro de espaços contínuos ou descontínuos, já que a educação superior passa por uma ampla expansão realizada através da própria dinâmica populacional e o uso dos meios de comunicações e transportes, colaborando, portanto, com a internacionalização da educação e ampliação do conhecimento.

II - O DESAFIO DE AVALIAR OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NOS PAÍSES DO MERCOSUL.

Como avaliar a educação de pós-graduação nas IES nos países do MERCOSUL, neste primeiro momento Argentina e Brasil, de tal forma que os indicadores a serem analisados possam satisfazer as exigências pré-estabelecidas pelas políticas educacionais dos quatro países membros desse bloco econômico? Qual organismo poderá ser responsável pela avaliação da qualidade do ensino ofertado aos estudantes estrangeiros nos cursos de mestrado e doutorado na área de direito, e em especial, de educação na Argentina?

Tais questionamentos surgem à medida que se percebe a “fuga” de profissionais, das mais diversas áreas de atuação, do Brasil, em busca de qualificação nos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, ofertados na modalidade semipresencial, em universidades públicas e privadas, porém com o pagamento de mensalidades, no Paraguai e Argentina. A atratividade nesses cursos está relacionada a alguns aspectos como o tempo de duração, a grade curricular e a obtenção de títulos. Contudo, esse fato acaba contribuindo para a massificação da educação no cone sul, já que não há processo seletivo para o ingresso nos cursos, por outro lado acredita-se que há, também, o processo de mercantilização do saber.

A oferta e procura de titulação profissional, contribui para o avanço da mercantilização e comercialização da educação em muitas instituições de educação superior. A busca pelos cursos de curta duração, currículos suprimidos e flexibilidade de espaço e tempo favorece o aparecimento e o aumento da oferta dos mesmos. No entanto, os investimentos financeiros são elevados, pois participam do processo empresas (atravessadores) que facilitam o intercâmbio entre aluno-universidade, contribuindo para o comércio do saber. Mesmo sem nenhuma garantia que tal investimento lhe trará um retorno positivo como, por exemplo, o reconhecimento e validação dos títulos pelas universidades brasileiras, ou de outros países, ainda sim, a proposta de uma qualificação ou a titulação em um curto período de tempo é atraente. Esse fato vem se tornando preocupante aos olhos dos organismos avaliadores e de regulação de ambos os países, pois o número de estudantes cresce em ritmo acelerado, visivelmente percebido nos aeroportos internacionais da Argentina no período destinado às aulas presenciais.

Acreditasse que essa dinâmica cada vez mais intensa de estudantes brasileiros em direção aos países vizinhos, principalmente, para a Argentina a qual oferta inúmeros cursos de pós-graduação nas grandes áreas de conhecimento, por exemplo, educação e direito em universidades públicas e privadas, seja um facilitador e a medida mais rápida para a criação do espaço comum de educação superior no MERCOSUL. O qual poderá contribuir de forma

significativa para a criação e concretização do espaço comum de educação da América Latina, um sonho desejado por um grande número de cientistas. A criação desse espaço de educação no MERCOSUL poderá se constituir em um pilar positivo tanto para o intercâmbio de conhecimentos, quanto para o desenvolvimento econômico e social dos países membros. Aspecto defendido pela internacionalização da educação superior.

Contudo, essa realidade poderá estar ainda longe dos nossos territórios. Apesar da assinatura dos vários protocolos de integração educativa nas universidades dos países membros do MERCOSUL e o estabelecimento de critérios para definir os títulos de pós-graduação e sucessiva acreditação, existem inúmeras barreiras a serem ultrapassadas para que de fato os protocolos desçam dos papéis e tornem-se práticas executáveis nas universidades. Um dos maiores avanços, até o momento para o reconhecimento de títulos de graduação pelos países do cone sul, foi a aprovação em 1998 do Mecanismo Experimental de Acreditação (MEXA) (LAMARRA, 2009). No entanto, enquanto o espaço comum de educação superior para o MERCOSUL não se concretiza, as ações estão voltadas para a superação dos desafios dispostos diante da criação de estratégias a serem utilizadas pelo processo de avaliação da qualidade do ensino nos cursos de pós-graduação ofertados para a formação e qualificação de profissionais, os quais serão responsáveis pela execução de atividades, cuja finalidade é garantir o desenvolvimento das sociedades em seus países de origem. Tais estratégias deverão estar em harmonia com as políticas educacionais dos países membros, respeitando a diversidade cultural e social das populações, mas garantindo o cerne da qualidade.

Segundo TUNNERMANN (2009), a qualidade do ensino superior é um conceito pluridimensional que deveria compreender todas suas funções e atividades: ensino e programas acadêmicos, investigação e bolsas de estudo, pessoal, estudantes, edifícios, instalações, equipamentos e serviços à comunidade e ao mundo universitário. (...) o intercâmbio de conhecimentos, a criação de sistemas interativos, a mobilidade de professores e estudantes e os projetos de investigação, fazem parte da qualidade com base na dimensão internacional.

Surgem novos questionamentos, acerca da formação e qualificação dos estudantes, o seu grau de autonomia, competência e capacidade intelectual de construir elementos para o desenvolvimento de novos modelos de gestão e investigação nas IES. Tendo em vista que, a maioria dos estudantes dos cursos de mestrado e doutorado em educação está exercendo suas atividades na educação básica – do sexto ao nono ano do ensino fundamental e de primeira a terceira série do ensino médio – e não nos espaços universitários ou em qualquer outra IES, ou seja, não há uma relação direta com os espaços universitários, para que os mesmos possam exercitar seus conhecimentos teóricos, por em prática o que teoricamente se analisa e constrói. O que para muitos pesquisadores é extremamente essencial, pois *só se aprende fazendo* (GIBBONS, 1997).

A educação presencial com longas horas de aula em sala e uma relação muito próxima professor-aluno está longe de ser igualada com os novos modelos à distância e semipresencial adotados para a expansão e internacionalização do conhecimento. Mas, ainda sim, buscam-se respostas para novos questionamentos. A metodologia de ensino e avaliação adotada nos cursos de mestrado e doutorado semipresencial, neste primeiro momento, ofertados pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Lomas de Zamora para alunos brasileiros obedece às exigências dos cursos ofertados pela mesma faculdade num regime presencial para alunos argentinos? As respostas que se buscam deverão alcançar mais uma vez o grau de qualidade que deverá ser extraído em cada etapa do processo de avaliação, para que assim possa-se acreditar que de fato esse modelo de educação favorece o engrandecimento do trabalho em conjunto, para o desenvolvimento dos territórios.

Ao analisar os trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos alunos de mestrado e doutorado do curso de *Gestión y Políticas Universitarias del MERCOSUR*, surgem mais

inquietações. Esses trabalhos estão de acordo com a qualidade exigida para obtenção no futuro dos títulos de mestre e doutor? O que poderá garantir a esses alunos que quando passarem por um processo de avaliação exigido, por exemplo, pela Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (CONEAU) na Argentina, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) no Brasil, ou pelo MEXA regional, ou qualquer outro organismo de avaliação que poderá ser criado para tal finalidade, eles poderão obter êxito, comprovando que o curso é realmente de qualidade e que dessa forma poderão está contribuindo para o desenvolvimento da educação dos países? Os resultados finais sejam eles, positivos ou negativos, satisfatórios ou não, deverão ser utilizados para a correção de possíveis falhas e a incrementação nos investimentos, com o objetivo de se obter uma educação de qualidade no cone sul.

Historicamente o termo avaliação causa grande efeito como distúrbio e tensão nervosa naqueles a serem avaliados, sejam eles grandes experientes ou os mais humildes construtores de conhecimento na educação, pois sempre há a preocupação com o resultado geral, e o que se poderá obter como recompensa no final do processo. Sendo um dos fatores pelo qual a avaliação encontra tantos obstáculos para ser aplicada de modo eficiente onde seus resultados possam gerar benefícios àqueles que fazem parte da construção desse processo. Mas, de fato é comum a presença de pouco interesse para o real objetivo da avaliação que é investigar de forma científica e coletar dados confiáveis para a projeção de soluções aos problemas localizados durante as etapas avaliativas (LAMARRA, 2008).

Neste sentido, percebe-se um enclave ainda mais significativo quanto ao processo a ser desenvolvido na avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação ofertados pelos países membros do MERCOSUL. Contudo, se é difícil e burocrático avaliar os cursos de graduação e pós-graduação das IES de um país, obedecendo às metodologias e políticas educacionais internas. Como avaliar a qualidade da educação dos cursos da IES, de vários países que se uniram para um fortalecimento econômico, mas que apresentam inúmeras desigualdades em suas políticas educacionais, metodologias e objetivos e que vêem o momento de excluir as diferenças tal complicado e de pouco interesse? Ou as próprias IES forjam situações para dificultar o processo, já que ainda existe o jogo de interesse pela posse de territórios acadêmicos?

Atualmente, os desafios enfrentados pela avaliação da qualidade na educação estão intrinsecamente ligados ao novo paradigma da educação. A busca pela internacionalização e transnacionalização do conhecimento através da educação superior deverá percorrer longos caminhos e ultrapassar um emaranhado de obstáculos, mas estará sendo acompanhado passo a passo pela dinâmica e os novos modelos de avaliação. Tais mudanças transformarão metodologias e critérios a serem analisados dentro do processo avaliativo, no entanto, o principal objeto de investigação ainda será a qualidade da educação que está em contínua construção. Qualidade, que compreende seriedade e competência por todos aqueles que assumem o verdadeiro compromisso de fazer educação, para que as populações de países do norte (desenvolvidos) ou do sul (subdesenvolvidos) possam construir sociedades mais desenvolvidas e igualitárias.

III – PERSPECTIVAS NA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO MERCOSUL.

A necessidade de se criar organismos responsáveis pela avaliação da qualidade nos cursos de pós-graduação ofertados pelos países membros do MERCOSUL a estudantes de todo bloco regional é extremamente importante, não apenas para garantir a qualidade em toda sua plenitude na educação, mas para que haja desenvolvimento na construção do espaço

comum de educação superior no cone sul. Contudo, não há como construir uma educação superior com base comum para os países membros do MERCOSUL se não for criteriosamente avaliado o grau de qualidade empregado na construção do conhecimento, e como ele poderá ser utilizado em prol do desenvolvimento econômico e social desses países.

A expansão do conhecimento deverá estar recheada de qualidade e compromisso, para que se possam exterminar os vícios praticados com a mercantilização do saber e a comercialização de títulos, um jogo habitualmente praticado por IES de vários países, as quais põem em risco todo o sistema social. Além de proporcionar o descrédito pela sociedade em relação às instituições de educação superior. Completando-se a catástrofe com a confissão das IES, da perda de identidade, seu papel e compromisso frente aos benefícios construídos para sociedade.

Mas, não se podem generalizar as competências das IES, visto que muitas comungam de objetivos semelhantes e lutam para a construção de um trabalho, capaz de apresentar inúmeros resultados de ganhos positivos para sociedade em geral. O compartilhamento de idéias inovadoras atrai instituições, governos e políticas educacionais de países culturalmente diferentes tornando-se o início para a construção de um organismo específico capaz de avaliar de forma equitativa a educação superior compartilhada. Um modelo de avaliação que se entrelace harmoniosamente nas diferentes exigências estabelecidas pelos países que participam da integração e internacionalização da educação superior no cone sul.

Neste sentido, devem-se dar ênfase durante o processo de avaliação à estrutura organizacional da instituição, as particularidades de cada curso e sua relevância para o desenvolvimento econômico e social, interligados à sustentabilidade dos sistemas políticos, culturais e naturais. Assim como, de forma individual avaliar cada estudante no que tange as questões de autonomia e competência para aplicabilidade concreta em meio ao espaço vivido, e por fim deverão ser analisadas as competências, construção de ensino e metodologias desenvolvidas para a avaliação continuada utilizada durante o processo de ensino pelos professores. Portanto, defende-se um processo avaliativo completo, onde todo o conjunto envolvido na construção de conhecimento possa ser avaliado, ou seja, instituição (estrutura física), docentes e discentes (estrutura humana).

Contudo, que essa atitude não seja considerada simplesmente audaciosa, mas uma colaboração participativa para a criação de um novo modelo de avaliação que seja aceito como propósito para o desenvolvimento de um novo modelo de educação superior, o qual deverá ser utilizado para a redução das mazelas, exclusão, pobreza, sofrimento e desconhecimento dos direitos e da realidade em que vivem mais de três bilhões de pessoas em todo o mundo. Dessa forma, se cria não somente uma internacionalização da educação, mas o reconhecimento dos títulos de graduação e pós-graduação emitidos pelas IES que devem apresentar grau de satisfação na qualidade da construção do conhecimento. A qual, dentro do contexto internacional, é considerada como uma necessidade e importância para seu reconhecimento pela sociedade.

IV - CONCLUSÕES.

Está comprovado que a educação superior passa por grandes transformações em escala regional e mundial. O conhecimento agora é construído em dois níveis, o de integração, quando são criados acordos para ajustar as políticas educacionais de países que compartilham os mesmos objetivos, normalmente a nível regional; e o da transnacionalização, na qual o conhecimento é construído a partir dos inúmeros intercâmbios praticados de forma presencial, com a mobilidade de estudantes, pesquisadores, professores nos cursos de graduação ou pós-

graduação, assim como virtual, com o uso de infindáveis meios de comunicação como a *web* e *e-mail*, onde ambos os níveis colaboram para a internacionalização da educação superior.

As mudanças adotadas pelos sistemas de educação superior proporcionam a reorganização das políticas educacionais, dos organismos avaliadores e do próprio processo de avaliação, promovendo uma nova configuração do papel a ser exercido por cada elemento responsável pela construção de uma educação de excelência, capaz de gerar grande desenvolvimento político, econômico e social, com respeito às diversidades culturais existentes entre os países. Contudo, o que se percebe no curso de pós-graduação em educação e direito é certo “exagero” no acervo bibliográfico direcionado para a língua espanhola, e aí se percebe um grande desafio que deve ser superado, pois a educação a ser construída é para um conjunto de países que adotam idiomas diferenciados. Outras observações estão relacionadas a prioridade que se dá aos modelos de gestão das universidades da Argentina, pouco se contextualiza os modelos de gestão de outros países do MERCOSUL, como Brasil, Paraguai e Uruguai e menos ainda dos parceiros como Bolívia e Chile. Esse resultado compromete a qualidade da educação quando se pensa em uma educação regionalizada, neste caso, o cone sul.

Muitos problemas seriam inexistentes no processo de integração da educação superior no MERCOSUL se a vontade de integrar partisse das próprias universidades, as quais poderiam mobilizar os sistemas educacionais dos países com acordos e tratados. Através da construção de currículos e o uso de metodologias que possam se enquadrar em comum acordo às exigências estabelecidas pelos organismos de avaliação e acreditação, é que se poderá construir uma educação de qualidade a nível regional. No entanto, o grande desafio está na ausência de parcerias, tratados e acordos que possam garantir uma acreditação e validação dos cursos de pós-graduação nos países membros. Essa ausência tem contribuído para um aumento do descrédito da educação superior pela sociedade, em contra partida promovendo o fortalecimento da mercantilização do conhecimento e de títulos.

Há, atualmente, a necessidade de se criar um organismo único para o processo de avaliação da educação superior dos países membros do MERCOSUL. De forma que, o processo de avaliação deva levar em consideração as grandes diversidades culturais, políticas e sociais existentes nos países. O Brasil, por exemplo, se constitui por uma grande diversidade de regiões e essas por subregiões, culturas singulares estão distribuídas de norte a sul e os modelos universitários são ímpares.

Por isso, não se pode pensar na construção de um modelo de integração da educação, em nível regional, que gere exclusão, do mesmo modo que não se consegue entender o todo sem uma busca pela compreensão das partes, ou seja, o desafio de avaliar está também ligado ao desafio de interligar o conhecimento de forma que se possibilite a geração de benefícios para o desenvolvimento social, mas para que isso aconteça à educação superior no bloco regional deverá estar voltada para o entendimento, conhecimento de toda a política e aplicabilidade na educação superior.

Portanto, a internacionalização da educação superior no espaço do MERCOSUL é uma realidade para um futuro muito próximo. Não se pode, deixar de lado as duras batalhas a serem travadas pelos organismos acreditadores dos países membros, os sistemas de avaliação, as políticas educacionais, as resistências às mudanças, os medos e as perdas de poder que se estabelecerão nos espaços internos das IES. Mas, o resultado de toda essa mudança deverá estar alicerçado no bem de todos, da própria educação, da economia, das culturas, políticas, natureza e sociedade humana, independentes do grau de desenvolvimento dos países. Por isso, a avaliação deve estar presente nesse processo não como elemento punitivo, mas como cooperador para a construção de uma educação de excelência baseada na qualidade do conhecimento a ser construído, tanto por professores quanto por alunos.

REFERÊNCIAS

DÁVILA, M. Tendencias Internacionales de la Educación Superior. **Revista sudamericana de educación, universidad y sociedad: Educación comparada e internacional**, Montevideo, n. 1, p. 84-99, 2009.

GIBBONS, M et al. La nueva producción del conocimiento: La dinámica de la ciência y la investigación en las sociedades contemporáneas . Barcelona: Pomares, 1997.

HAUG, Guy. El nuevo paradigma de la educación superior. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (comp.). Universidad, sociedad e innovación. Buenos Aires: Eduntref, 2009.

LAMARRA, Norberto Fernández. Modelos y sistemas de evaluación y acreditación de la educación superior. Situación y perspectivas para el mejoramiento de la calidad y la integración regional. In: Gazzola, A. L. y Pires S. (Coordinadoras), **Hacia una política regional de aseguramiento de la calidad en Educación Superior para AL y el Caribe**, IESALC/UNESCO, Caracas, 2008.

LAMARRA, Norbert Fernández. Universidad, sociedad y calidad en América Latina. Situación, desafíos y estrategias para una nueva agenda. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (comp.). Universidad, sociedad e innovación. Buenos Aires: Eduntref, 2009. p. 107 – 128.

PONS, J. A. Educación superior: internacionalización, transnacionalización, e integración regional, papel de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (TIC). **Revista sudamericana de educación, universidad y sociedad: Educación comparada e internacional**, Montevideo, n. 1, p. 26-43, 2009.

RAMA, Claudio. La tendencia a la internacionalización de la educación superior. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (comp.). Universidad, sociedad e innovación. Buenos Aires: Eduntref, 2009.

TUNNERMANN, C. Pertinencia y calidad en educación superior. In: _____. Universidad, sociedad e innovación. Buenos Aires: Eduntref, 2009.